

A POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SUA CONFORMAÇÃO PRIVATIZANTE.

Weslei Trevizan Amâncio
UTFPR-Câmpus Londrina

Marisa Bernardete Ribas Arruda
UTFPR-Câmpus Medianeira

INTRODUÇÃO

O presente artigo expõe alguns elementos e reflexões sobre uma das principais preocupações que permeia, desde a sua gênese, a educação superior no Brasil, a constante necessidade de sua expansão.

Para tanto, é preciso ter a compreensão histórica de qual papel vem sendo empregado à Universidade dentro de um país que tem em suas bases as marcas de um capitalismo dependente.

Neste sentido, é preciso, conjuntamente, ter claro que neste novo estágio do capitalismo, marcadamente pelos seus contornos de mundialização e financeirização do processo de acumulação do capital, como forma de enfrentamento à crise por que passa, todos os setores da vida social são tidos como espaços potencialmente lucrativos.

Assim, a expansão da educação, sobretudo a da educação superior, em um país com defasagem estrutural nesta área de formação, como apresenta-se o Brasil, torna-se um ambiente altamente cobiçado para os interesses e necessidades pelo lucro do capital.

Neste processo, nas últimas duas décadas assiste-se a uma exponencial

privatização da educação superior, mediante a um aumento desigual de instituições de ensino superior privadas, se comparadas às instituições públicas, assentadas, sobretudo, em políticas de incentivos oferecidas pelos governos brasileiros.

Cabe destacar, dos contornos privatistas da expansão da educação superior, o papel histórico dos Governos brasileiro no desenvolvimento das garantias políticas e normativas necessárias.

De modo que – em que pese os governos pós-redemocratização do país – este modelo de expansão, é fruto das opções político-econômicas tomadas e, conscientemente, assumidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva – LULA (2003-2010) e Dilma Rousseff – DILMA (2011-2014).

Com base na análise de dados oferecidos pelo Censo da Educação Superior Brasileira dos anos de 2002, 2008 e 2011 e de distintos elementos que caracterizam a expansão da educação superior no Brasil, depreende-se que a compreensão deste processo só se torna plausível se a fizermos a luz do entendimento das incessantes práticas empregadas pelo capital para habitar novos espaços de lucratividade e pela, conseqüente, reforma neoliberalizante por que vem passando o Estado brasileiro.

A expansão da educação superior: do Governo da ditadura civil-militar ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

O processo histórico da expansão da educação superior brasileira é constitutivo do histórico desenvolvimento econômico, político e social, em suas várias fases, porque passou o Brasil.

Silva Junior e Catani (2013) resgatam parte deste processo, ao destacarem que:

Na década de 1980, as matrículas aumentaram cerca de dez vezes se comparadas ao início da ditadura civil-militar, nos anos 1960. Nos governos FHC houve expansão na área privada, embora ainda menor que durante o período ditatorial, porém com um crescimento duas vezes maior que no setor público. O setor privado experimentou um grande incremento, em especial no segundo mandato de FHC (1999-2002), depois de aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (SILVA JR. E CATANI, 2013, p. 5).

Ainda, neste processo, de acordo com Kátia Lima (2012, p.6), o traço característico da expansão da educação superior no país se deu por ser uma “exigência do próprio capital, seja de capacitação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para a difusão da concepção de mundo burguês sob a imagem de uma ‘política inclusiva’.”

Assim, partindo de um projeto privatista e mercantil de educação – formar força de trabalho para atender as necessidades de produção capitalista –, propositado e levado a cabo, de forma massiva, pelo regime burguês-militar, em meados dos anos de 1960, tem-se a gestação das condições de reprodução dos ideais neoliberais, para o projeto de mercantilização da educação, no Brasil.

Todavia, as marcas mais fortes destes ideais encontraram terreno fértil no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), período em que, de forma institucionalizada, desenvolveu-se políticas garantidoras de vultosa destinação de recursos públicos para a sustentação e o fortalecimento do setor privado, corroborado com a maciça privatização das instituições públicas.

Neste sentido, os dados do Censo da Educação Superior de 2002, são

reveladores. De modo que, no que diz respeito ao quantitativo de Instituições de Ensino Superior (IES), ao final do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), era o de 195 IES públicas – 73, Federais, 65, Estaduais e 57, Municipais – para um quantitativo de 1.442 IES privadas, ou seja, de um total de 1.637 IES no Brasil, 88% pertenciam aos Grupos Privados. (BRASIL, MEC/INEP, 2002).

Os dados revelam ainda um processo histórico que contrasta uma retração de 12% nas IES públicas – 195, no ano 2002, ante a existência de 222, no ano de 1991 –, frente uma exponencial expansão de 114,9% nas IES privadas – 1.442, no ano de 2002, ante a existência de 671, no ano de 1991. (BRASIL, MEC/INEP, 2002).

De acordo com Lima (2012), à análise da preferencial expansão privatistas da educação – que apresentava, ainda, ao final do Governo FHC, conforme demonstrado pelo Censo de 2002, um ingresso na graduação presencial, mediante processo seletivo, de 280.491, nas IES públicas, enquanto que nas IES privadas somava um quantitativo de 924.649 (BRASIL, MEC/INEP, 2002) –, é preciso destacar a configuração das IES privadas, composta majoritariamente por instituições não universitárias e que, portanto, privilegiam apenas políticas de ensino, uma vez que a obrigação legal da necessidade de existência da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, recai apenas sobre as Universidades.

Neste ponto, os dados do Censo de 2002, destacam que, quanto da organização acadêmica no ensino superior, das 1.637 IES: 162 eram Universidades – 78, públicas e 84, privadas; 77 eram Centros Universitários – 03, públicas e 74, privadas; e, 1.398 eram Faculdades – 114, públicas e 1.284, privadas. (BRASIL, MEC/INEP, 2008, p. 09).

Os dados apresentados, por si só, são altamente reveladores das políticas adotadas por este Governo, deixando nítida a hegemonia conquistada pelos grupos privados na condução das instituições formadoras de trabalhadores diplomados em nível superior. Todavia, faz-se necessário ressaltar que os objetivos destes grupos são a garantia das condições para a reprodução do projeto burguês de sociabilidade e, ao fim, o lucro.

Em breve relato, é possível afirmar que no Governo de FHC, amparado por uma reforma neoliberal de Estado, em todo seu aparelho, conduzido pelo seu Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), instituiu uma política de alinhamento do país às exigências de desenvolvimento provocado pelo Mercado Mundial.

A institucionalização desta reforma, que promoveu o empresariamento da educação superior e deu os contornos da Universidade às características necessárias para atender o padrão mercantil de produção do conhecimento (LIMA, 2012), será intensamente, mediante uma pauta de políticas prioritárias, desenvolvidas nos Governos de Lula (2003-2010) e de Dilma (2011-2014).

A conformação privatizante da expansão da educação superior nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Com a ascensão do partido dos trabalhadores, representado por Lula, ao Governo federal, nos idos de 2002, as mudanças realizadas se deram no sentido de aperfeiçoar a administração governamental para o atendimento dos interesses econômicos do mercado.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2008 e 2011 são, novamente, reveladores das prioridades e intenções políticas e econômicas, deste Governo – iniciado pelo de Lula e continuado pelo de Dilma. Pois, no ano de 2008, de um quantitativo total de 2.252 IES, 236 eram públicas – 93, Federais, 82, Estaduais e 61 Municipais – e 2.016 pertenciam a grupos privados (BRASIL, MEC/INEP, 2008, p. 08). Indicando, assim, claramente que a expansão da educação superior sobre seu viés privatista foi mantido pelo Governo Lula (LIMA, 2012).

Já no ano de 2011, das 2.365 IES existentes, 284 eram públicas – 103, Federais, 110, Estaduais e 71 Municipais – e 2.081 pertenciam a grupos privados. (BRASIL, MEC/INEP, 2011, p. 33).

No que pese à organização acadêmica, no ano de 2008, as proporções se repetem, de modo que do total das 2.252 IES: 183 eram Universidades – 97, públicas e 86, privadas; 124 eram Centros Universitários – 05, públicas e 119, privadas; e, 1.945 eram Faculdades – 134, públicas e 1.811, privadas. (BRASIL, MEC/INEP, 2008, p. 09).

Neste mesmo processo, no ano de 2011, das 2.365 IES: 190 eram Universidades – 102, públicas e 88, privadas; 131 eram Centros Universitários – 07, públicas e 124, privadas; e, 2.004 eram Faculdades – 135, públicas e 1.869, privadas. Destaca-se, neste período, o referenciamento de 40 IES, entre Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). (BRASIL, MEC/INEP, 2011, p. 33).

Neste contexto, as matrículas em relação às IES são significativas. Conforme expresso por SILVA JR. e CATANI (2013, p.7):

[...] No universo da educação superior brasileira, “há apenas 10 anos as IES comunitárias e confessionais contavam com 37,4% do total de matrículas; em 2009, com apenas 16,9%”. No sistema federal de educação superior a redução é significativamente menor: “de 35,1% para 26,4% (as federais: de 18,7% para 14,7%; as estaduais: de 12,7% para 9,4%; e as municipais: de 3,7% para 2,3%). No sentido inverso ao das IES comunitárias e das confessionais, as particulares passaram de 27,7% para 56,7%!”. Tal crescimento pode ser explicado por meio da política privatista dos governos nas duas últimas décadas – neste caso, em face da longa vida da ação focal realizada pelo *Programa Universidade para Todos* (PROUNI).

Nesta nova fase da expansão da educação superior, são constitutivas da majestosa ampliação das IES privadas as políticas públicas de financiamento indireto, sobretudo, mediante o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Dando este, isenção fiscal em contrapartida a reserva de bolsas de estudos, parciais, 50% da mensalidade, ou integrais, 100% da mensalidade, e aquele ao pagamento, com recursos do tesouro nacional, das mensalidades às IES privadas, ambos para Estudantes que pertencem a grupos economicamente vulneráveis.

Assim, é indiscutível que, neste ponto, a reforma universitária, discutida e promovida pelo governo petista, foi ao encontro das exigências do empresariado brasileiro e até mesmo dos grupos de investimento de capitais transnacionais, expresso em grandes redes educacionais que atuam no Brasil, como a Kroton-Pitágoras-Unopar, Anhanguera e Estácio de Sá (SILVA JR. e CATANI 2013).

Em contrapartida, a este quadro de alargamento desmedido das instituições privadas de educação superior, no universo da educação superior pública, outro fenômeno é vivenciado, nestes últimos tempos, não sem elementos de privatização: a expansão “anômala” por que vem

passando as Instituições Federais de Ensino (SILVA JR. e CATANI, 2013).

No sistema federal de ensino, destaca-se, para tanto, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI), que basicamente expandiu as matrículas, sem o correspondente investimento em infraestrutura e expansão de recursos humanos – Professores e Técnico-Administrativos (ANDES-SN, Abril, 2013).

O REUNI foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6069/2007, apresentando, para tanto, as seguintes metas/objetivos para as IES Federais: aumento do número de estudantes de graduação nas universidades federais (em que pretendia-se dobrar o número de matrículas entre 2007 a 2012) e o respectivo aumento da relação estudantes-professores (18/1) na graduação; diversificação nas modalidades de cursos de graduação, mediante a flexibilização dos currículos, a educação à distância, a oferta de cursos de curta duração; a criação de um novo sistema de título; elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90%; e, o estímulo a mobilidade estudantil entre instituições de ensino, com possibilidades de trocas entre instituições públicas e/ou privadas.

Para SILVA JR. e CATANI (2013), o REUNI, “embora de forma mais palatável a sociedade”, do ponto de vista da hegemonia financeira, sobre a constituição das políticas públicas e as novas funções que são atribuídas aos aparelhos do Estado, apresenta uma continuidade ao que foi realizado nos dois mandatos de FHC, onde aumentou-se o número de instituições e matrículas, com quanto, em proporções reais, diminuiu-se a contratação de Professores e de Técnico-Administrativos.

Neste sentido, para SILVA JR. e CATANI (2013, p. 08), depreende-se que: “A tendência da intensificação do trabalho e da precarização de suas

relações põe-se já aí em razão da estrutural mudança do projeto para o país [...]”

Percorrendo a linha mercantil, e financeira, para a educação superior o REUNI, conjuntamente a Educação à Distância (EAD), promoveu o aligeiramento da formação e a certificação em massa. Da qual os cursos de curta duração, cursos estritamente voltados ao atendimento das demandas do mercado, são representativos – a exemplo dos cursos superiores de tecnologia.

Assim, de acordo com Kátia Lima (2012), é preciso compreender a expansão provocada pelo REUNI como um dado alarmante. Pois, além de apresentar toda uma precarização das condições de trabalho dos profissionais das IES federais, carrega em seu bojo, um alargamento da concepção de universidade neoprofissional, heteronômia e competitiva.

Reproduzindo, para tanto, a noção de educação terciária, elaborada pelo Banco Mundial para os países subdesenvolvidos, para as Universidades brasileiras – reduzindo drasticamente a concepção de Universidade à qualificação de mão de obra que se destina a diferentes patamares da economia. Colocando-a exclusivamente a serviço dos interesses do setor empresarial nacional e internacional. Dando, assim, uma autentica continuidade ao processo de mercantilização da produção do conhecimento.

A este ponto, é preciso fazer a distinção histórica da reprodução da divisão das classes sociais que está presente na construção e expansão das instituições educacionais brasileiras. Ao passo que para SILVA JR. e CATANI (2013, p. 16):

As cisões educacionais apontadas neste texto acabam por referendar uma divisão de classes bastante rígida no que se refere à formação na educação superior, que poderia assim ser caracterizada: às classes dominantes, uma educação voltada à pesquisa aplicada e ao saber científico; às classes subalternas, uma educação de cunho profissional, atendendo às demandas imediatas do mercado de trabalho. Particularmente quanto à formação dos trabalhadores, a certificação acaba por exemplificar iniciativas para tal fim. O Programa Universidade para Todos (ProUni), o REUNI, os mestrados e doutorados profissionalizantes, o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) para este tipo de pós-graduação, a tentativa de transferir a educação superior para o âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), atendem às recomendações de organismos internacionais e às reivindicações empresariais quanto à qualificação de trabalhadores para o exercício de suas funções em um cenário de constantes transformações tecnológicas na produção industrial, motivadas pela mercantilização do conhecimento e pela busca do aumento das inovações e dos ganhos financeiros.

Nesta perspectiva, privatistas de educação superior, recaem as agruras do divisionismo ideológico entre trabalho intelectual e trabalho manual. De modo que à classe dominante, cabe a formação que possibilite pensar o processo de produção, apropriando-se de conceitos científicos e tecnológicos, com vistas a aperfeiçoar as técnicas de gestão da força de trabalho; e a criar equipamentos que propiciem a inovação e a rentabilidade. E à classe subalterna, trabalhador, recai uma formação tecnicista com vista a capacitá-los para a execução das funções requeridas aos sofisticados equipamentos tecnológicos da produção.

Neste processo, é preciso ressaltar a função de sustentação social da ordem capitalista que a divisão social e técnica do trabalho promove com a separação dos que pensam o trabalho dos que executam o trabalho pensado pelos primeiros, tal como fora apontado por Marx (2002).

Assim, de modo geral, não podemos perder de vistas, na análise da expansão da educação superior brasileira, que junto a ela se reproduz

massivamente os interesses e necessidades do capital, onde suas características são ressaltadas por um sobressalente privilégio social, ofertado à classe dominante, conjunto a um legado de sobras, oferecidas à classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do processo de expansão por que percorre a educação superior brasileira requer um exercício de contundente dedicação. Pois, para tanto, é preciso ter o entendimento do papel a que, historicamente, vem sendo atribuído à Universidade, sobretudo, em um país com traços marcantes de um capitalismo de estrutura dependente.

A compreensão passa pelo entendimento do próprio sentido do sistema econômico e social do capital, e suas diversas facetas assumidas ao longo da história mundial e, em especial, brasileira. Mas, com maior relevância, os reflexos provocados pelo “novo” modo, mundializado e financeirizado, com que se produz o lucro e a acumulação do capital.

Neste percurso, sem muita dificuldade, é perceptível o movimento de interiorização dos valores privados no seio do Estado, onde as políticas públicas se tornaram as salva-guardas das bases para a reprodução e expansão da educação superior sob o domínio hegemônico dos grupos privados.

Como resultado, percebe-se a ampla disseminação de políticas compensatórias, focalizadas, que têm em sua própria razão de ser a irrisória escolaridade dos brasileiros. Mas que, em sua essência, não oferece

condições para além de produzir o fenômeno (da “moderna” sociedade capitalista) de reprodução institucionalizada dos analfabetos funcionais.

Mediante a privatização do ensino superior, nega-se as condições de formação ampliada. A que possibilite ao Estudante uma leitura crítica e contestadora da realidade social que o cerca – negando-se, assim, possibilidades reais de transformação social. Tem-se, todavia, o oferecimento de uma qualificação profissional, em nível superior, como único objetivo. Objetivo este que atende estritamente o interesse do mercado de disposição massiva de mão de obra “qualificada”.

Soma-se a estruturação destas condições privatistas de expansão e reprodução do projeto burguês de sociabilidade, os discursos ideológicos de que com a qualificação profissional rompe-se com as desigualdades históricas existentes no Brasil, promovendo-se a justa inclusão social dos trabalhadores. Desconsiderando, para tanto, as questões estruturais que envolvem o desemprego, nos limites do modo de produção da sociedade capitalista.

Assim, por tudo que foi apresentado, pode-se afirmar que o marco da expansão da educação superior, no Brasil, em suas conformações privatistas – frente a um capital que tem que permanentemente se reinventar e procurar novas fontes de recursos, para enfrentar sua crise estrutural –, atende a amplos interesses do mercado. Pois, descobriram nela que, em princípio, além de ser um potencial e atrativo campo para obter ganhos econômicos, trata-se de um dos principais espaços estratégicos de construção social do consenso que, neste caso, é utilizado deliberadamente em benefício do fortalecimento do projeto burguês de sociabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL/MEC/INEP. Censo da Educação Superior Brasileira. Relatórios Técnicos. Resumo Técnico 2002. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/tabela_resumo_tec.xls Acesso em 25 de novembro de 2013.

BRASIL/MEC/INEP. Censo da Educação Superior Brasileira. Relatórios Técnicos. Resumo Técnico 2008. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/centso/2008/resumo_tecnico_2008_1_5_12_09.pdf Acesso em 25 de novembro de 2013.

BRASIL/MEC/INEP. Censo da Educação Superior Brasileira. Relatórios Técnicos. Resumo Técnico 2011. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf Acesso em 26 de novembro de 2013.

MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Trad.: Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LIMA, Kátia. *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Kátia (2012), “Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século”, in PEREIRA, Larissa D. e ALMEIDA, Ney Luiz T (orgs). *Serviço Social e Educação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVA JR, J. R. e CATTANI, A. M. *Transformações na Universidade na ausência de movimentos sociais* In: In: RODRIGUES, F.C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. *Movimentos sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2013, vol II.

